

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

AÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL E COALIZÃO DE CLASSES NO LULOPETISMO (2003-2010)

Amarildo Mendes Lemos
IFES
amarildo.lemos@ifes.edu.br

Resumo: O objetivo do trabalho é identificar como e que tipo de liderança do empresariado industrial garantiu presença no interior do governo Lula e analisar a orientação econômica adotada pelo Partido dos Trabalhadores para executar o seu projeto de desenvolvimento nacional alternativo cuja política industrial defendida nas eleições de 2002 se encontrava no adensamento das cadeias produtivas e no desenvolvimento tecnológico das empresas. Em termos gerais, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) direciona seus esforços para a redução do Custo Brasil. Buscando detalhar e compreender as principais exigências apresentadas no documento, avaliamos o conteúdo da Agenda Legislativa produzida pela CNI. Ao mesmo tempo, tendo em vista a argumentação de Pierre Bourdieu (2000) de que uma classe real não é determinada exclusivamente pela posição dos indivíduos na produção econômica, mas pela existência de mandatários que se sentem e são autorizados a falar em seu *nome*, avaliamos a composição do governo federal verificando o grau de influência do setor industrial, bem como os conflitos horizontais presentes no interior do empresariado. Analisamos as características fundamentais das políticas econômicas realizadas por Lula *vis-à-vis* o conflito entre as orientações monetaristas e desenvolvimentistas (forma como as matérias de jornal trazem) apontadas pela cobertura jornalística no interior do governo. Verificamos que, além dos problemas relacionados à governabilidade, que levou ao governo lideranças descomprometidas com um projeto desenvolvimentista, a existência a defesa dessa “frente desenvolvimentista” não encontra lugar além do Partido dos Trabalhadores, de partidos pouco expressivos na coalizão e de alguns poucos segmentos do empresariado industrial, uma vez que a agenda legislativa da CNI não permite confirmar a disponibilidades de seus mandatários em participar de uma coalizão de classes preconizada pelo novo-desenvolvimentismo.

Palavras-chave: empresariado industrial; novo-desenvolvimentismo; lulopetismo.

1. Apresentação

Qual liderança do empresariado industrial esteve presente no interior do governo Lula? Quem foram os mandatários ou porta-vozes do empresariado industrial da CNI na primeira década do século XXI? Quais as condições para realização do projeto de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desenvolvimento nacional alternativo do Partido dos Trabalhadores que previa articulação entre a defesa de direitos e uma política industrial que seria capaz de promover o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento tecnológico das empresas?

Ao longo do trabalho, buscamos responder tais questões por meio de uma avaliação da composição da CNI e do projeto político materializado na Agenda Legislativa da Indústria. Ao mesmo tempo, tendo em vista a argumentação de Pierre Bourdieu (2000) de que uma classe real não é determinada exclusivamente pela posição dos indivíduos na produção econômica, mas pela existência de mandatários que se sentem e são autorizados a falar em seu *nome*, avaliamos a composição do primeiro escalão do governo federal verificando o grau de influência do setor industrial, bem como alguns aspectos centrais inerentes aos conflitos horizontais do empresariado brasileiro.

Em seguida, analisamos as características fundamentais das políticas econômicas realizadas por Lula *vis-à-vis* o conflito entre as orientações monetaristas e desenvolvimentistas (forma como as matérias de jornal trazem) no interior do governo. Por fim, buscamos compreender os limites da “frente desenvolvimentista” anunciada por Armando Boito Jr. (2018) e da política industrial do Governo Lula, diante das prioridades apresentadas pela ação política do empresariado industrial.

2. Confederação Nacional da Indústria e Agenda Legislativa da Indústria: quais os limites da coalizão de classes preconizada pelo novo-desenvolvimentismo?

Para Bourdieu, a constatação de uma classe social “no papel” não determina a existência de uma classe real, a qual estaria condicionada à ação de “mandatários dotados de *plena potentia agendi*” que se sentem e são autorizados a falar em seu *nome* “e a fazê-la existir assim como uma força real no seio do campo político”. Nessa compreensão, “o grupo é feito por aquele que fala em nome dele” e a existência da classe condicionada não simplesmente à posição objetiva que os sujeitos ocupam na produção econômica, mas, aos aspectos subjetivos assumidos pelos mesmos na relação direta com a ação política. Dessa forma, o conceito de classe resulta de uma interseção econômica e política, a qual é definida como “o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (2000, p. 158-60).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A partir dessa compreensão, analisamos o empresariado industrial brasileiro, por meio da Agenda Legislativa da Indústria realizada pela RedIndústria, uma rede de organizações empresariais que abrange, além da própria CNI, as federações da indústria de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal e associações setoriais de abrangência nacional. Assim vemos que o Custo Brasil - materializado na Agenda Legislativa da Indústria e definido pela CNI como “excesso e má qualidade da regulação da atividade econômica; legislação trabalhista inadequada; sistema tributário que onera a produção; elevado custo de financiamento da atividade produtiva; infra-estrutura material insuficiente; infra-estrutura social deficiente” - tornou-se a síntese da agenda política do empresariado industrial no Brasil (MANCUSO, (2004, p.505-6).

Para Wagner Mancuso, a pauta de interesses do empresariado industrial identificado por meio da relação direta estabelecida entre a redução do Custo Brasil e o aumento da competitividade do setor resultou de dois fatores: 1) competitividade tida como objetivo prioritário das empresas industriais; 2) trabalho conjunto de organizações do setor industrial para definir e reduzir o Custo Brasil (2004, p.506).

Durante todo o período em que o lulopetismo esteve no poder, entre 2003 e 2016, a ação política da indústria no Brasil, levada a cabo pela CNI, esteve calcada no pressuposto de que o crescimento econômico estaria diretamente relacionado à realização de “reformas estruturais”. Nesse sentido, a narrativa defendida pela CNI sobre a eficiência do setor público asseverou que o estado deveria evitar a “geração de déficits fiscais” e que a função regulatória deveria favorecer o investimento e a produção. Além disso, endossando a crítica dos detentores da dívida pública, a CNI dirigiu sua atenção ao crescimento da dívida pública, preocupada com a pressão que a mesma exerce sobre o aumento da taxa de juros, que ocasiona a restrição do investimento privado.

A interpretação desse fenômeno pela tese da debilidade da indústria assevera que buscando vantagens particulares - tais como desoneração tributária, crédito subsidiado com taxas de juros abaixo do mercado, proteção contra a competição internacional - o empresariado empregaria seus esforços em práticas conhecidas como *rent-seeking*, sem se preocupar com o impacto das mesmas para o conjunto da sociedade e com o aumento do déficit público (MANCUSO, 2004, p.511-2).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Ao avaliar a Agenda Legislativa da Indústria notamos que fica evidente que a CNI busca vantagens particulares, as quais, entretanto, dividem espaço com uma preocupação com o gasto público, cujo controle é entendido como condição para diminuição da taxa de juros. Em outras palavras, a ação política da CNI também se dirigiu ao equilíbrio macroeconômico traduzido na preocupação manifesta com o PIB, com os indicadores de inflação e com a Selic. Assim, a postura da CNI evidenciou o alinhamento ao processo de globalização econômica, pois, mesmo buscando do governo uma “defesa da concorrência”, concentrou os seus canhões em proposições legislativas direcionadas à competitividade da indústria brasileira sem entrar em conflito com os pressupostos de uma economia mundializada, ou seja, em harmonia com os acordos do GAAT e com as convenções da OMC.

A preocupação com o gasto público e o Custo Brasil são dois elementos centrais da agenda política da indústria que refletem sua posição mais alinhada ao neoliberalismo que ao novo-desenvolvimentismo. Refletindo a realidade de um mundo globalizado cujas fronteiras entre os setores econômicos e entre os países diminuiu substancialmente, a CNI rejeitou a tese de que a poupança interna fosse constituída sem a presença do capital estrangeiro e sem o mercado de capitais, também defendido como forma de financiar o investimento. Por isso, em 2006, a Lei das S/A foi uma das prioridades da CNI.

A integração econômica resultante do processo de financeirização atuou no sentido de minimizar os pontos de conflito entre o setor financeiro e o setor industrial, algo evidente na Agenda Legislativa da Indústria. Diante disso, fica prejudicada a formação de uma coalizão política entre classes formada por uma burguesia industrial, por trabalhadores urbanos industriais e por parte da burocracia pública, preconizada pelo novo-desenvolvimentismo como uma necessidade. Sobre essa questão, vale ressaltar que, alinhada ao setor financeiro, a CNI apresentou uma preocupação com o gasto público, questionando a Previdência Social e outros investimentos sociais.

Ao mesmo tempo, a CNI deu apoio às desonerações fiscais e financiamentos do BNDES realizados com baixas taxas de juros e por meio de emissão de títulos da dívida pública, onerando o Tesouro Nacional. Assim, apesar do apoio a políticas setoriais do Partido dos Trabalhadores, como o PAC, consensos desse tipo não são suficientes para afirmar a existência de uma coalizão de classes, composta por industriais, trabalhadores

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e burocracia estatal. Nesse sentido, apresentamos a seguir temos os nomes dos presidentes e vice-presidentes da CNI entre 2002 e 2010.

Período 2002-2006: Carlos Eduardo M. Ferreira (SP),¹ José Carlos G. Carvalho (PR),² Flávio J. C. Azevedo,³ Francisco R. O. Proença,⁴ Alfredo Fernandes (MS),⁵ José Fernando X. Faraco (SC),⁶ Abelário V. da Rocha - “Bira Rocha” (RN),⁷ Fernando C. Gurgel (CE),⁸ Danilo Olívio C. Remor (PA).⁹ Período de 2002 a 2010: Armando de Q.

¹ Energia Hidrelétrica e Agropecuária. Fiesp e Ciesp (1993-8). Assist. Sec. Agricultura SP (1957-60); Cia Paulista de Energia Elétrica (1961-91); Dep. Federal (1999-2003); filiação política: PFL (1997-?).

² Grupo Corujão, holding que controla 15 empresas (plástico, papel e celulose, automotivo, reflorestamento, financeiro, seguros e consórcios); Holding Rocar S.A. Fiep (1995-2003). Vice-prefeito de Curitiba (1993-7); secretário estadual do Trabalho (1999-2001); suplente do senador Osmar Dias (PDT) em 2003; filiação partidária: PFL.

³ DNER; DNIT; Cia de Águas e Esgotos do RN; Sec. Est. de Des. Econômico do RN (2015-8)

⁴ Grupo Fasolo, fabricante de couro. Centro da Indústria Fabril de Bento Gonçalves (1979-81); Fiergs (1999-2005); Ciergs.

⁵ Construção civil. Atividade classista/associativa: Fiems (1999-2007); Sindicom (Sind. das Ind. da Construção e Mobiliário de Corumbá e Ladário).

⁶ Grupo Empresarial em Tecnologias Avançadas (5 empresas): Dígitro Tecnologia, etc. Atividade classista/associativa: Fiesc (1999-2005); Associação Catarinense de Tecnologia (Acate). Dígitro entrou no mercado em parceria com a Telesc; teleprocessamento do BESC, Celesc, Casan e Assembleia Legislativa (1980-7); Dígitro é reconhecida como Empresa de Estratégia de Defesa (EED), pelo Ministério da Defesa; parcerias com UFSC, UFCE e Senai. Acusações de ilegalidades feitas pelo MPF e TCU contra a Dígitro: contratação do Consórcio Integração Pan, sem licitação (2007); compra do Sistema Guardiã (2009) sem concorrência por polícias de vários Estados, teria sido favorecida pelo Sec. Nac. de Seg. Pública, Luiz Fernando Corrêa, da PF; uso fraudulento de sistema informatizado, desvio de dinheiro público, lavagem de dinheiro e sonegação fiscal na compra de 36 plataformas do Guardiã pela PF por R\$49 milhões (2010). Cf. LEITÃO, M. PF é investigada por compra de aparelhos. **Folha de São Paulo**. 18 dez. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1812201018.htm>, acesso em: 25 fev. 2021.

⁷ Agropecuarista. Fiern (1995-2003); Associação Norte-riograndense de Criadores (Anorc). Ex-secretário nacional de Irrigação (governo Itamar Franco); Sec. estadual da Fazenda, sec. de Infraestrutura; sec. de Agricultura; filiação partidária: PFL (2005-).

⁸ Fundação Cearense (1977-9), depois chamada de Durametal S.A. (tambores, cubos de roda e discos de freio); sócio da René Diesel Comércio de Auto-Peças Ltda., em Santo André/SP; diretor-presidente das empresas Metaneide Ltda. S.A, localizadas em Fortaleza e em Maracanaú; FCG Participações (imobiliária). Atividade classista/associativa: 1980-4, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado do Ceará (Simec); 1987-9, Centro Industrial do Ceará (CIC); 1992-9, FIEC; Diretor Regional da Associação Brasileira de Fundação (ABIFA). Filho do industrial e agropecuarista José Célio de Castro Gurgel (“família tradicional”).

⁹ Dir.-pres. das empresas MG-Madeira Araguaia, Indústria, Comércio e Agropecuária S/A; MG Compensados S/A. Fiepa; AIMEX; Sind. das Indústrias de Madeira de Belém e Ananindeua; Centro das Indústrias do Pará (CIP); Associação Comercial do Pará. Vínculos políticos ou partidários: CDE-Sebrae.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Monteiro Neto (PE),¹⁰ Robson Braga de Andrade (MG),¹¹ José Nasser (AM),¹² José de F. Mascarenhas (BA),¹³ Francisco A. Benevides Gadelha - “Buega” (PB),¹⁴ Antônio José de Moraes Souza.¹⁵ Período 2006-2010: Paulo A. Skaf (SP),¹⁶ Rodrigo Costa da Rocha Loures (PR),¹⁷ Paulo G. Fernandes Tigre (RS),¹⁸ Alcântaro Correa (SC),¹⁹ Jorge Parente

¹⁰ Máquinas e equipamentos; Aço; Laminados. Simmepe (1986-95); Abimaq (1992-2000); Fiepe (1992); Atividade política: Dep. Federal (1999-2011); Sen. 2011-8; Ministro da Indústria e Comércio 2015-6. Filiou-se aos partidos: PSDB (1990-7); PMDB (1997-2003); PTB (2007-?).

¹¹Grupo ORTENG (equipamentos elétricos e eletromecânicos e de sistemas de energia e automação). Atividade classista/associativa: Fiemg; (2002-10); Movimento de Empresarial pela Inovação (MEI); Abinee (2001-4); Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) 2001-3; Cons. de Empresários da América Latina (2004-6). Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES), 2010-8. Foi preso na Operação Fantoche (19/02/2019), pela PF, acusado de desvios e fraudes realizados desde 2002 entre o Ministério do Turismo e o Sistema S.

¹²JNasser Engenharia Ltda, construção civil. Fieam (1995-2007). Realizou obras públicas no Amazonas.

¹³Diretor da Odebrecht. Atividade associativa: Fieb (1992-2002). Ex-sec. de Minas e Energia da Bahia.

¹⁴Diretor da Algodoeira André Gadelha; presidente da Refinaria de Óleos Vegetais S/A; diretor Comercial da Algodoeira Gadelha S/A — ALGASA. Fiepb. Filho e irmão de políticos de Alagoas; preso na Operação Fantoche (19/02/2019), pela PF, acusado de desvios e fraudes realizados desde 2002 entre o Ministério do Turismo e o Sistema S.

¹⁵ Construção civil. Sind. das Indústrias da Construção e Mobiliária; Sindicato da Indústria Gráfica; Fiepi; presidente do Rotary Clube; SEBRAE. Dep. Estadual (1984-2003); Sec. de Indústria e Comércio (1991-4), Dep. Federal (2003-7). ARENA, PDS (1984-91), PFL (1991-9), PMDB (1999- 2007).

¹⁶ Skaf Indústria Têxtil LTDA (pai), desativada em 2000 alegando falta de condições de competição; BTS Empreendimentos Imobiliários Ltda; Skaf Participações e Administração de Bens Ltda (imobiliária). Atividade classista/associativa: Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecção (ABIT); Sinditêxtil; Fiesp (2004-20). Vínculos estatais políticos ou partidários: ligado a Michel Temer; na Operação Lava-Jato foi investigado por conta da campanha de 2014 do empresário que teria recebido R\$ 6 milhões em caixa dois da construtora Odebrecht; investigado por transações financeiras realizadas pelo Sesi-SP e Senai-SP; em 2014 seu filho tentou construir aeroporto privado que foi embargado pela prefeitura, administrada por Haddad; PSB (2009-11), PMDB (2011-).

¹⁷Nutritional, indústria alimentícia. Fiep (2003-11), Fiesp, Associação Brasileira da Indústria de Nutrição (Abin), Instituto Ethos. Nutritional foi fornecedora para programas estatais dos min. da Educação e da Saúde, desmantelados por Collor (levou a empresa a crise) e foi envolvida em acusações de superfaturamento em licitações de merenda escolar também no governo Collor; Filho Rodrigo Santos Rocha Loures foi deputado federal (2007-11); Diretor Geral da Usina de Itaipu (02/06/2016); assessor do gabinete do presidente Michel Temer (13/05/2016); filiação partidária: PMDB (2012).

¹⁸Dhb Industria E Comercio SA (componentes automotivos), associou-se à indiana RSB Transmissions criando a *Join Venture* DHB Global Sistemas Automotivos SA, com 58% de capital estrangeiro; Concex (empresa especializada na gestão de operações aduaneiras). Fiergs (2008-11); Sindicato Nacional dos Fabricantes de Autopeças; Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos.

¹⁹Membro do Conselho de Administração do Hospital Santa Isabel; presidiu a Electro Aço Altona S.A, de Blumenau, 1994-2008; diretor da Mineração Altona; Werner Agricultura e da Bellevue Produtos em PVC. Fiesc (2005-11); Sindicato Patronal das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Blumenau (SIMMEB); Associação Empresarial de Blumenau (ACIB).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Frota Júnior (CE),²⁰ Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, (RJ),²¹ Flávio José Cavalcanti de Azevedo (RN).²²

O caso mais emblemático dessa lista é o de “Bira Rocha”, sobre o qual não conseguimos achar nenhuma vinculação com a indústria, o que não significa que não exista. De qualquer forma, não há imagem pública evidenciada dele como industrial, mas o que se mostra público são laços com a Anorc, que reúne pecuaristas e onde ele se destaca criando de carneiros. Além de Bira, Carlos Eduardo Ferreira tem sua biografia ligada à agricultura e à concessão de serviços públicos, sem apresentar ligação explícita com a indústria. Outros membros também não tem sua atividade econômica na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do IBGE identificada dentro dos critérios da indústria de transformação, como é o caso da construção civil, que reúne cinco vice-presidentes, e da indústria extrativa.²³ Dentro dos que estão incluídos na Indústria de Transformação, destacam-se ainda nomes ligados à indústria alimentícia.

Com forte inserção regionalista, muitos desses empresários da CNI manipularam recursos públicos, seja atuando como políticos ligados ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, em alguma das três esferas da federação, seja com contratos de prestação de serviços e/ou de vendas de produtos para a esfera estatal. Assim, temos um empresariado industrial dividido em relação aos negócios em outros investimentos e que vinculam-se ao gasto público a partir de uma ótica reduzida dos seus ganhos particulares e não como

²⁰Diretor Institucional e de Relações com o Mercado da Parmalat. Presidente do CIC no período de 1996-8; FIEC 1999-2006. Conselho Deliberativo da Companhia de Energia Elétrica do Ceará (COELCE); presidente do Planefor: plano de compromissos entre o poder público e a sociedade, para seleção de projetos buscando o desenvolvimento da região, criado por iniciativa do setor privado empresarial – CIC, CDL-CE, Fiec e Fecomércio-CE.

²¹Família foi sócia do grupo petroquímico Ipiranga, vendido em 2007 para grupo formado pela Braskem, Petrobras e Ultra; Electricité de France EDF do Brasil, controladora da Light; Conselhos de administração: Banco Sogeral S.A.; Boa Esperança S.A. (setor financeiro); Companhia Petroquímica do Sul (Copesul); Ipiranga Petroquímica S.A. (RS); Petroquim S.A. (Chile); Prochrom Indústrias Químicas S.A.; Indústria de química fina, Camaçari (BA); Carbonatos do Nordeste S.A. (BA). Firjan (1985-2024); Abifina; APLA; PNBE; Associação Comercial do Rio de Janeiro. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República.

²² Barragem de Poço Branco (1970-1971); presidente da A. Azevedo Empreendimentos Ltda. (1974-); A. Azevedo Indústria e Comércio Ltda. (1975-). Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil - Sinduscon-RN (1997-2000); Fiern (2003-2011). Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (1971-3); DNER; DNIT; Sec. Est. de Desenvolvimento Econômico; Sec. de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte (2015-8); Conselheiro da Companhia Potiguar de Gás - Potigás (2003-7); Conselheiro da Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte – Telern 2011.

²³Classificação da CNAE disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=estrutura>, acesso em 05 maio 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

classe, reforçando, nesse aspecto, mais a tese da debilidade da indústria do que a argumentação de Mancuso (2004) que vê na criação da Agenda Legislativa da Indústria o principal ingrediente para refutá-la.

Outro caso que merece destaque é o de Paulo Skaf, que assumiu a presidência da Fiesp em 2004, com apoio do Palácio do Planalto, e permaneceu 16 anos à frente da entidade patronal. Durante o processo eleitoral, Skaf fazia sua campanha anunciando ter proximidade com o vice-presidente José de Alencar (PL-MG) e com senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A partir da Fiesp, Skaf projetou-se para o cenário nacional tornando-se também parte do alto escalão da CNI.

Chamado de “sem-indústria”, uma vez que desde 2000 a justiça pediu a penhora dos bens da Skaf Têxtil, Skaf montou uma empresa para alugar os equipamentos da indústria têxtil herdada pelo seu pai e já não era de fato um industrial. Para candidatar-se à presidência da Fiesp, Skaf utilizou o nome da empresa Skaf Têxtil, cuja última empregada havia sido demitida em 2001, e da Paramount Lansul S.A. de propriedade de seu amigo Fuad Mattar, que evidenciando desconhecer o uso de sua empresa no pleito, bem como o oportunismo de Skaf, declarou em setembro de 2004: “Eu convidei o Paulo para o conselho há uns seis, oito meses. (...) Se ele usou o nome da Paramount, isso me enche de orgulho.”²⁴

Conforme ressaltamos, a biografia dos presidentes e vice-presidentes da CNI citados acima nos permite identificar a presença de indivíduos ligados a diversos setores econômicos alheios à atividade industrial, tais como agropecuária, comércio e bancário. Muitos porta-vozes do empresariado industrial que ocupam os postos de mandatários da CNI não têm, eles mesmos, como dissemos, sua posição na infraestrutura a partir desse setor econômico. Assim, se é problemático classificar um indivíduo como membro de uma classe simplesmente pela sua posição na infraestrutura, o que dizer da classificação de sujeitos cujos laços econômicos são alheios à atividade industrial?

Diante disso, ressaltamos que o problema da legitimidade dos mandatários e do papel de porta-vozes dos anseios do empresariado industrial na CNI pode ser exemplificado a partir das eleições do Ciesp e da Fiesp que ocorreram em 2004. O pleito

²⁴ SOUZA, Josias. Novo presidente da Fiesp é um “sem-indústria”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 set. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1909200412.htm>, acesso em 10 maio 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

das entidades aconteceu ao mesmo tempo, porém, na Ciesp, entidade civil, criada em 1928, o voto é direto, enquanto que na Fiesp, criada em 1942, herdeira da estrutura corporativa do Estado Novo, o voto é indireto, mediado pelos 122 sindicatos. Na ocasião, em 2004, Skaf foi eleito para a Fiesp e perdeu na Ciesp, refletindo tanto os conflitos horizontais no seio do empresariado como a incapacidade dessa eleição refletir o interesse do empresariado industrial na Fiesp. Das 7.600 empresas aptas a votar, Claudio Vaz teve 2.235 votos para o Ciesp, e Skaf 1.816.²⁵

Com a eleição de Skaf, o setor têxtil assumiu o controle da Fiesp até 2020, quando ele abandonou a disputa e apoiou o empresário Josué Gomes da Silva, dono da Coteminas. Desta forma, presidentes e vice-presidentes são eleitos por diretores ligados às suas respectivas federações estaduais, eleitos no modelo corporativo, sem representar necessariamente o conjunto ou a maior parte dos interesses dos empresários da indústria brasileira. Assim, a partir do caso acima, além dos conflitos horizontais e das ligações com diversos setores produtivos, tomando como base, entre outros fundamentos, o elementar princípio da maioria, fica evidente o limite de uma interpretação que reconhece a CNI como porta-voz dos interesses do empresariado industrial.

3. Monetaristas e desenvolvimentistas no projeto de desenvolvimento lulopetista

Eleito para promover uma guinada nas políticas econômicas e sociais neoliberais, o presidente Lula teve como principal tarefa, no começo do governo, cuidar para que o transatlântico Brasil não naufragasse. Nesse contexto, a embarcação tupiniquim singrou mares da ortodoxia liberal tendo como timoneiros o ex-presidente mundial do BankBoston, Henrique Meirelles no Banco Central do Brasil, Antônio Palocci no Ministério da Fazenda, o *chicago boy* Joaquim Levy na Secretaria do Tesouro e o economista ligado à *think thank* ultraliberal, Marcos Lisboa, na Secretaria de Política Econômica. Com essa equipe econômica controlando o leme, além dos cortes no orçamento, desde a sua posse Lula anunciou uma série de reformas liberalizantes

²⁵ Contabilizou-se ainda 16 votos nulos e nove em branco. COTTA, Elaine. Pela 1ª vez na história, Fiesp e Ciesp vão ter presidentes diferentes. **Folha de São Paulo**, 25 ago. 2004. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u88197.shtml>, acesso em: 15 abr. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

demandadas por diversos segmentos empresariais, incluindo a reforma da Previdência de 2003.

Com essa orientação econômica, Lula alegou buscar espaço para aumento do investimento requerido pela indústria, para garantir o pagamento da dívida pública aos detentores desses títulos e avançar nas políticas sociais que foram objeto de campanha. Assim, de forma pragmática, o projeto de desenvolvimento petista buscou atender a demanda empresarial ao articular a preocupação com as contas públicas, com o aumento das exportações dos produtos industriais e com o fortalecimento do mercado interno.

Outros membros do governo diretamente vinculados ao empresariado foram Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio) e Roberto Rodrigues²⁶ (Agricultura), ligados Abag.²⁷ Além deles, o deputado federal Anderson Aduato (PL-MG) assumiu o Ministério dos Transportes e o empresário do ramo da educação Walfrido Guia (PTB-MG), o Ministério do Turismo. Tanto Aduato, quanto Walfrido eram ligados ao vice-presidente e empresário, José Alencar.

Analisando essa conjuntura do começo do primeiro mandato de Lula, Sérgio Abranches (2018, p.235) destacou três pontos críticos para a governança: 1) a necessidade de convencer a “subcoalizão de esquerda” liderada pelo PT da correção das medidas liberais da política econômica do governo, e não os aliados de centro e de direita, que já defendiam uma agenda liberal; 2) o estilo “personalíssimo” de Lula que preferia governar por pronunciamentos e negociações políticas informais a reuniões formais e coletivas de imprensa; 3) a necessidade de aliança com o PMDB para manutenção da governabilidade.

Diante da necessidade de garantir apoios para enfrentar as ameaças de *impeachment* produziu efeitos nas posturas dos partidos da coalizão de governo de Lula. “Nos ‘ideológicos’ provocou demanda por mudança na política econômica. Nos ‘fisiológicos’, por mais benefícios”. Foi nessa conjuntura que o PMDB, um partido

²⁶ Ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira e presidente da Abag, entre 1999 e 2002, entidade que reúne 45 grandes empresas e cooperativas ligadas ao setor do agronegócio, como a Monsanto, empresa de fertilizantes e biotecnologia; bancos e cooperativas agrícolas.

²⁷ A Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) – atualmente Agronegócio – calculou um aumento da exportação de US\$ 20 bilhões em 2000 para US\$ 97 bilhões em 2012. Em 2010, substituiu Agrobusiness por Agronegócio no nome da associação. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-20-anos-reviso%CC%83es-grafica-min.pdf>, acesso 25 fev. 2021.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

fisiológico, confirmou sua aliança com o PT e que este “começou a se acomodar ao padrão político do PMDB, partido-pivô da coalizão lulista” (ABRANCHES, 2018, p. 241).

A opção pela ortodoxia liberal e a formação de uma coalizão de governo ideologicamente heterogênea foram duas características centrais do primeiro mandato de Lula. Apesar disso, ao longo dos 13 anos à frente do governo federal, o PT buscou manter o controle sobre a agenda econômica, social e de infraestrutura, deixando sobre eles a marca do lulopetismo, sobretudo no setor social. Analisando a trajetória de Lula à frente do governo federal podemos dividi-la em três períodos: 1) de 2003 a 2005, concentrado na redução da inflação e endividamento do setor público; 2) de 2006 a 2008, caracterizado pela aceleração do crescimento, pelo investimento público e pelo aumento do emprego com carteira assinada; 3) de 2009 a 2010, identificado pelas medidas anticíclicas executadas para fazer frente à crise de 2008 (SILVA e BARBOSA, 2019, p.24).

Desde o início do governo houve aproximação do PT com o PMDB, porém, somente depois da vitória de Lula, em 2006, que houve adesão formal da legenda ao governo federal. Àquela altura, o PMDB controlava os ministérios das Minas e Energia, das Comunicações e da Saúde e anunciou o interesse em ter seis ministérios. A coalizão de Lula, formada por muitas agremiações miúdas, pode ter sido, ideologicamente, a mais fragmentada da história do presidencialismo latino-americano (AMORIM NETO, 2010).

Em 2006, diante dos escândalos, José Dirceu deixou a Casa Civil e Palocci a Fazenda. Com isso, o ex-diretor do Banco Mundial e do FMI, Murilo Portugal, pediu demissão do cargo de secretário-executivo da Fazenda e Marcos Lisboa também deixou o governo. Na mudança, Guido Mantega assumiu o Ministério da Fazenda e, no lugar de Dirceu, Dilma Rousseff, representando o “Velho PT”, passou a chefiar a Casa Civil.

O conflito entre uma política neoliberal (“ala monetarista”) voltada para estabilização econômica e uma política de desenvolvimento nacional (“ala desenvolvimentista”) é a tônica desse contexto do primeiro mandato do governo Lula. Já a saída de Carlos Lessa do BNDES, em 2004, é o caso mais emblemático desse embate, uma vez que ele se apresentava como expoente do desenvolvimentismo no governo e antagonizava com a “ala ortodoxa”, na qual estava incluído o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDICE), Luiz Furlan, que permanecia alinhado a Palocci. Herdeiro do patrimônio da Sadia e neto do fundador, Furlan

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

exemplifica o perfil do homem de negócios brasileiro cujas atividades econômicas não se encontram restritas a um setor e que tem relações diretas com o agronegócio, com a indústria e com o setor financeiro.

Indiferente ao fato do BNDES estar subordinado ao MDICE, Lessa reportava-se diretamente ao presidente e voltava-se para o desenvolvimento nacional e das empresas privadas brasileiras, identificando para tanto duas questões centrais: a importância da Petrobrás e o programa de compras do governo e das empresas controladas pelo governo federal (LESSA, 2016, p.264-5). À frente do BNDES, Lessa reestruturou o banco para que o mesmo cumprisse a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, lançando fogo desde sua posse contra os neoliberais e deflagrando o conflito no interior do governo. Logo nos primeiros trinta dias, demitiu toda a superestrutura política ligada ao projeto tucano de transformar o BNDES em um banco de investimento e reorganizou o banco para que o mesmo voltasse a funcionar como um banco de desenvolvimento.

Lessa se mostrava criterioso na avaliação de projetos e ressaltava que uma política de desenvolvimento vai além de uma política industrial (LESSA, 2016, p.258-9). Isso gerava conflito com segmentos empresariais que o acusavam de lentidão e depois de muitas ameaças de demissão divulgadas na imprensa, sua saída definitiva permitiu as mudanças nos critérios das liberações de recursos no BNDES. Apesar disso, o problema do alto custo do crédito permaneceu, pois para manter apoio dos rentistas, Lula procurava se equilibrar entre políticas de estabilização e de desenvolvimento.

A segurança produzida pelas políticas ortodoxas era, para Lula, um porto seguro para o transatlântico brasileiro e, dessa forma, para ele próprio. Na contramão, Lessa defendia uma queda da TJLP de 9,5% para 8%, o que dependia do CMN, e se apresentava como o pomo da discórdia dentro do governo. Embora os industriais criticassem bastante as altas taxas de juros e o custo do crédito no Brasil, a CNI emitiu a opinião de que o atrito de Lessa com membros do governo foi razão suficiente para o seu afastamento.

Armando Monteiro Neto, presidente da CNI, declarou que “não é possível existir no âmbito da própria equipe do governo, discussões sobre os rumos da política econômica. Isso não é adequado”. Skaf disse que Lessa “cumpriu sua missão” e, sem lamentar, e “olhando para o futuro” elogiou Mantega por ter “muito trânsito no governo”. O presidente da Ciesp, Claudio Vaz, criticou Lessa afirmando que ele não possuía

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

experiência e elogiou Mantega por ser “mais integrado com a equipe econômica”. O presidente da Abdib, Paulo Godoy, naturalizou o acontecimento, enquanto que o presidente da Fecomércio-SP, Abram Szajman, criticou o BNDES por financiar pouco o pequeno empresário e lançou expectativa sobre Mantega em relação aos repasses.

Entre as entidades patronais da indústria, somente a Abimaq, por meio de Newton de Mello, prestou solidariedade a Carlos Lessa. Newton disse que Lessa: “era um nacionalista que defendia o investimento produtivo. Vemos com preocupação sua saída”.²⁸ Isso indica o baixo grau de envolvimento das estruturas de representação do empresariado industrial com uma agenda desenvolvimentista, incluindo a CNI.

A saída de Lessa, entretanto, não significou um retorno do BNDES à condição de banco de investimentos, já que o mesmo manteve sua característica de banco de desenvolvimento, aprofundando a diretriz proposta por Lessa de que o BNDES deveria selecionar os protagonistas da economia. Assim, o BNDES permaneceu como bastião da ala desenvolvimentista do governo federal, mesmo quando o neoliberalismo foi a bússola maior do transatlântico brasileiro. E, embora não tenha mudado substancialmente,

A passagem de Mantega pelo BNDES implicou na mudança de rumo de algumas áreas, mas também em aceleração na liberação de recursos, dado que os resultados alcançados pelo BNDES sofriam severas críticas. Quando Mantega tomou posse, ao final de 2004, dos R\$ 47,3 bilhões orçados apenas R\$ 29,8 bilhões haviam sido liberados. (...) ao ser anunciada a sua ida para a pasta da Fazenda para ocupar o lugar que desde o início do governo Lula fora de Antonio Palocci, Guido Mantega contou com o aval do setor industrial.²⁹

Mantega saiu do BNDES e deixou um nome de sua confiança no cargo, Demian Fiocca, que deu lugar ao ex-professor na Unicamp e conselheiro informal de Dilma, Luciano Coutinho, também ligado ao pensamento desenvolvimentista. Avaliando esse contexto, Boito Jr afirmou se tratar da formação de uma “frente neodesenvolvimentista” cuja força dirigente estaria na “grande burguesia interna” composta por setores diversos.³⁰

²⁸ INDUSTRIAIS se dividem em críticas e elogios ao ex-presidente do BNDES. **Folha de São Paulo**. Folha Dinheiro. São Paulo, 19 nov. 2004, p. B6. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=16265&anchor=5192546&origem=busca&originURL=&pd=aaa7d03409ae4d7702367ced3287f045>, acesso em 23 maio 2021.

²⁹ PINHEIRO, Luciana. Guido Mantega. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mantega-guido>, acesso em 20 fev. 2021.

³⁰ Mineração, construção pesada, agronegócio, indústria de transformação, além de grandes bancos privados e estatal de capital predominantemente nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Boito Jr. (2018), no primeiro mandato de Lula ocorreu uma hegemonia do capital financeiro e, na passagem do primeiro mandato para o segundo, após a crise do Mensalão, a “grande burguesia interna” melhorou sua posição no interior do bloco de poder com a formação dessa “frente neodesenvolvimentista”. Para ele, a principal reivindicação dessa grande burguesia interna, que “unifica essas grandes empresas é a proteção do Estado na concorrência que elas empreendem com o capital estrangeiro”.

Tais reivindicações foram materializadas, segundo Boito Jr, nos seguintes componentes dos governos Lula e Dilma: busca de superávits na balança comercial; política de financiamento do BNDES; política de compras do Estado brasileiro e das grandes empresas estatais; e, na política externa do Estado brasileiro (2018, p.108).

Em 2006, como intérprete e testemunha do processo histórico, Eli Diniz ressaltou a possibilidade de formação de uma coalizão política entre governo e empresariado da indústria. Diniz também explicou que as nomeações de Guido Mantega, no Ministério da Fazenda, e de Júlio Gomes de Almeida³¹, na Secretaria de Política Econômica, poderiam ser interpretadas pelo empresariado industrial como o início de um processo de transição e como uma forma de ampliar os canais de comunicação com os setores empresariais. Além disso, tais mudanças teriam o condão de arrefecer os ânimos das alas mais à esquerda do PT e aglutinar o partido em torno da reeleição de Lula (DINIZ, 2006, p.43).

A análise da ação política do empresário industrial, realizada por Eli Diniz, aponta para os conflitos horizontais, para as oposições abertas ao governo Lula e para as críticas realizadas por empresários que esperavam uma política industrial mais ativa. Embora a “ala ortodoxa” do governo tivesse sido enfraquecida com a crise que levou à demissão de Palocci, a política monetária defendida pelo BC, comandado por Henrique Meirelles, permaneceu ativa e limitou o espaço de manobra da “ala desenvolvimentista”.

Apesar disso, Boito Jr. afirma que

o apoio da Fiesp e de toda a grande burguesia interna foi um trunfo decisivo para o governo. O desenlace da crise foi o oposto do que esperavam a grande burguesia compradora, a alta classe média, o capital financeiro internacional e o PSDB: a Crise do Mensalão fortaleceu a relação governo com a grande burguesia interna. A substituição de Antônio Palocci por Guido Mantega no Ministério da Fazenda prova o que estamos afirmando (2018, p.84).

³¹ Economista do IEDI e ferrenho opositor da política econômica de Antônio Palocci.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Para Boito Jr., o neodesenvolvimentismo é o “*desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico*”. Na avaliação dele, o BNDES ocupou um lugar central na política econômica do lulopetismo e foi considerado por ele, “o agente estatal de defesa e fortalecimento” da “grande burguesia interna” (destaques do autor, BOITO JR, 2018, p.57).

A inflexão ocorrida no governo no contexto de estabilização da economia (controle da inflação, produção de superávit primário, queda da taxa de juros), de *boom* das *commodities* e de “crise do mensalão” favoreceu a “ala desenvolvimentista” do Partido dos Trabalhadores. Foram produzidos muitos consensos entre boa parte da agenda política empresarial e a agenda do governo federal, sobretudo pelo fato da CNI defender um orçamento público voltado para atender as demandas de infraestrutura e de financiamento do investimento, o que corresponde ao pensamento novo-desenvolvimentista. Porém, a partir do que identificamos, não é possível afirmar a adesão da CNI ao projeto novo-desenvolvimentista que inclui a preservação de direitos dos trabalhadores e forte tributação, dessa forma, ambos elementos apresentam-se como desagregadores da coalizão de classes preconizada por essa corrente de pensamento.

4. Considerações finais

A orientação liberal prevaleceu na Agenda Legislativa da Indústria, sobretudo na relação capital-trabalho e na preocupação com o gasto público. Entrando em choque com a perspectiva de garantia de direitos universais asseverada pelo novo-desenvolvimentismo, a CNI argumentou que o crescimento da dívida pública deve ser contido por meio de diminuição de gastos com previdência social e com cortes nos gastos sociais de uma maneira geral. Para a CNI a vinculação de receitas, ou seja, a existência de gastos obrigatórios no orçamento público é algo pernicioso no funcionamento da máquina pública.

A existência de um pacto social presente na agenda do lulismo, que consiste na diminuição da pobreza, exige que o setor patronal busque melhores condições de competição por meio do incremento tecnológico. Entretanto, o projeto social do lulopetismo não estava no horizonte de expectativas da agenda política da indústria e do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

setor financeiro. Pelo contrário, fazem jus à nossa tradição escravocrata, buscam por meio do *moinho satânico* de Karl Polany a redução do Custo Brasil, ou seja, por meio da materialização de um mercado livre de trabalho, da redução da sua contribuição tributária e da redução do gasto público com políticas sociais aumentar a produtividade e a competitividade da indústria brasileira. Querem o gasto público somente para sua classe.

Embora haja convergência de posição da CNI e do novo-desenvolvimentismo em relação, por exemplo, à redução da taxa de juros e à diminuição do *spread* bancário, não devemos concluir que exista um consenso em relação aos meios para se alcançar esses fins. Nesse sentido, é possível identificar que a estratégia da CNI em relação ao financiamento do investimento não passa, em nenhum dos documentos avaliados, pela rejeição do capital estrangeiro ou pelo confronto direto com o sistema financeiro. Pelo contrário, assimila em sua agenda a defesa que o sistema financeiro faz, por exemplo do cadastro positivo e reproduz a compreensão da Confederação Nacional do Sistema Financeiro de que o custo do financiamento é elevado por causa dos tributos embutidos e da inadimplência existente no Brasil.

Assim, a ideia de uma frente desenvolvimentista ou de uma coalizão de classes preconizada pelo novo-desenvolvimentismo não corresponde, pelo menos, ao que se encontra expresso na Agenda Legislativa da Indústria, documento que procura, segundo a CNI, refletir o “senso comum do setor industrial”, evitar “corporativismos”, anunciado como “uma agenda que se confunde com a Agenda Nacional” (CNI, 2003, p.9).

5. Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de Coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

AMORIN NETO, O. El moderno sistema de gobierno presidencial brasileño. In: Seminário Internacional el Parlamentarismo Europeo y el Presidencialismo Latinoamericano cara a cara. 2010, Saragoça, Espanha. **Anais...** Saragoça, Fundación Manuel Giménez Abad, 2010.

BOITO JR. Armando. **Reforma e crise política no Brasil. Os conflitos de classe nos governos do PT.** Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. **Agenda Legislativa da Indústria**. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/assuntos-legislativos/produtos/agenda-legislativa/#agenda-legislativa-da-industria-2021%20>.

DINIZ, Eli. Empresários e Governo Lula: percepções e ação política entre 2002 e 2006. In: **V Workshop empresa, empresários e sociedade**. O mundo empresarial e a questão social. Porto Alegre, 2 a 5 de maio de 2006, PUCRS.

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. **Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

LESSA, Carlos Francisco. **Conversas informais. Carlos Lessa**. Entrevista concedida a Gloria Maria Moraes da Costa, a Hildete Pereira de Melo e a Victor Leonardo de Araujo. Memórias do desenvolvimento. Ano 5, n.5 (2016). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007.

MANCUSO, Wagner P. O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 505-547, 2004.

SILVA, Noëlle da; BARBOSA, Sheila C. T. **Trajetória da ocupação partidária nos setores temáticos da estrutura do poder executivo (1986-2016)**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019. (Texto para Discussão nº 2453).